



MPF conclui inquérito do Turismo e envia caso de deputada ao Supremo

O Ministério Público Federal no Amapá encerrou, nesta sexta-feira (12/8), o inquérito que apura um esquema de corrupção no Ministério do Turismo. Segundo o procurador da República Celso Leal, os envolvidos serão denunciados nos próximos dias em primeira instância e a suspeita sobre a participação da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) será enviada ao Supremo Tribunal Federal. As informações são do *Estado*.

O nome da deputada aparece em pelo menos quatro depoimentos em que ela é apontada como destinatária do dinheiro desviado. Como tem foro por prerrogativa, somente a Procuradoria-Geral da República, em Brasília, pode investigá-la na área criminal.

De acordo com os relatos presentes no inquérito da Polícia, a deputada teria montado um conluio no Amapá para levar recursos públicos para ela própria e para a campanha à sua reeleição no ano passado. A deputada é autora das emendas parlamentares que favoreceram o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi), entidade pivô do esquema investigado pela PF.

A operação Voucher, desencadeada pela Polícia, na terça-feira (9/8), prendeu 36 pessoas, incluindo os quatro investigados que prestaram os depoimentos que comprometem a deputada. Desse total, ainda não foi informado quantas serão denunciadas à Justiça.

Um dos depoimentos é de Merian Guedes de Oliveira, que aparece como secretária da Conectur, uma cooperativa fantasma do Amapá que, segundo a investigação, foi subcontratada pelo Ibrasi por R\$ 250 mil e teve convênio com o próprio Ministério do Turismo em 2009 no valor de R\$ 2,5 milhões. Merian disse que foi avisada pelo patrão e dono da Conectur, Wladimir Furtado, que a deputada Fátima Pelaes ficaria com os recursos do Turismo destinado ao Amapá. Furtado foi preso na operação da PF na terça-feira. Já Wladimir Furtado se identificou como "turismólogo" e afirmou "nunca entregou nenhum dinheiro para Fátima Pelaes".

Date Created

12/08/2011